

**GEOGRAFIA ELEITORAL NO PARANÁ: DISPUTAS DE PODER E
TERRITORIALIZAÇÃO DO VOTO NAS ELEIÇÕES PRESIDENCIAIS
DE 2014 A 2022¹**

**ELECTORAL GEOGRAPHY IN PARANÁ: POWER DISPUTES AND THE
TERRITORIALIZATION OF VOTING IN THE PRESIDENTIAL ELECTIONS
FROM 2014 TO 2022**

Guilherme André IKEDA²
Maristela FERRARI³

Resumo: Este artigo analisa as dinâmicas eleitorais no estado do Paraná durante as eleições presidenciais de 2014, 2018 e 2022, a partir da perspectiva da Geografia Eleitoral. O objetivo central é compreender como os fatores geográficos, sociais, culturais e religiosos influenciaram o comportamento político regional. A pesquisa foi conduzida com abordagem qualitativa, baseada em cartografia temática e análise de dados eleitorais, o estudo revela padrões territoriais de voto relacionados à estrutura fundiária, à atuação de movimentos sociais, à presença religiosa e à influência das redes sociais digitais. A análise demonstra que o território exerce papel central na conformação das escolhas eleitorais e evidencia a necessidade de aprofundar os estudos sobre a territorialização do voto no Brasil, especialmente, em contextos marcados por desigualdades e polarização. Conclui-se que a Geografia Eleitoral, enquanto subcampo da Geografia Política constitui ferramenta teórica e metodológica essencial para compreender os conflitos, resistências e disputas de poder que se manifestam no espaço geográfico por meio do sufrágio.

Palavras-chave: Geografia Eleitoral; Comportamento político; Território; Paraná; Disputas de poder.

Abstract: This article analyzes the electoral dynamics in the Brazilian state of Paraná during the presidential elections of 2014, 2018, and 2022 from the perspective of Electoral Geography. The main objective is to understand how geographic, social, cultural, and religious factors influenced regional political behavior. Based on a qualitative approach, supported by quantitative data and thematic cartography, the study reveals territorial voting patterns related to land structure, the activity of social movements, religious presence, and the influence of digital social media. The analysis shows that territory plays a central role in shaping electoral choices and highlights the need to deepen studies on the territorialization of voting in Brazil, particularly in contexts marked by inequality and polarization. It concludes that Electoral Geography, as a subfield of Political Geography, is a crucial theoretical and methodological tool for understanding the conflicts, resistances, and power disputes that manifest in geographic space through the vote.

Keywords: Electoral Geography; Political behavior; Territory; Paraná; Power disputes.

¹ Este trabalho integra parte da dissertação de mestrado realizada no Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Estadual do Oeste do Paraná – UNIOESTE campus Marechal Cândido Rondon e com auxílio de bolsa da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES).

² Mestre em Geografia pelo Programa de Pós-graduação em Geografia da Universidade Estadual do Oeste do Paraná – UNIOESTE campus Marechal Cândido Rondon. Integrante do Grupo de Estudos sobre Fronteira, Território e Ambiente (GEFTA). Email: guikeda1@gmail.com.

³ Doutora em Geografia. Professora de Graduação e do Programa de Pós-graduação em Geografia da Universidade Estadual do Oeste do Paraná – UNIOESTE campus Marechal Cândido Rondon. Lider do Grupo de Estudos sobre Fronteira, Território e Ambiente (GEFTA). Email: maristela.ferrari@unioeste.br.

Introdução

Nas últimas décadas, o Brasil vivenciou transformações políticas de grande magnitude, marcadas por sucessivas crises institucionais, alterações no sistema partidário, redefinição de identidades políticas e intensificação das polarizações ideológicas. Esses processos tiveram repercussões diretas sobre o comportamento do eleitorado, influenciando não apenas as preferências declaradas nas urnas, mas também os modos pelos quais os indivíduos percebem a política, constroem pertencimentos e assimilam discursos públicos. A análise dessas mudanças requer a consideração de múltiplas variáveis, sociais, econômicas, culturais, históricas e, sobretudo, espaciais, que atuam de maneira articulada na produção de práticas eleitorais territorialmente diferenciadas. Nesse sentido, a Geografia Eleitoral configura-se como um campo analítico fundamental para interpretar as dinâmicas políticas contemporâneas, ao vincular fenômenos eleitorais às realidades territoriais concretas em que se manifestam.

Este artigo busca compreender os padrões de votação observados nas eleições presidenciais de 2014, 2018 e 2022 no estado do Paraná, enfatizando os fatores geográficos e sociopolíticos que influenciaram o comportamento eleitoral regional. O Paraná constitui um caso particularmente relevante para esse tipo de investigação devido à sua expressiva diversidade econômica, sua complexidade étnico-cultural e sua heterogeneidade territorial, que abarcam desde grandes centros metropolitanos e áreas industriais até regiões rurais profundamente vinculadas ao agronegócio e territórios onde comunidades tradicionais mantêm forte presença. Essa multiplicidade de realidades socioespaciais oferece um terreno fértil para a análise da territorialização do voto e das disputas de poder em escala subnacional.

Ao observar os contrastes entre regiões urbanas e rurais, áreas com forte atuação de lideranças religiosas e territórios marcados pela presença histórica de movimentos sociais, torna-se possível identificar como diferentes contextos socioterritoriais moldam as escolhas políticas. O espaço, nesse sentido, não emerge como mero cenário no qual o voto acontece, mas como agente ativo que condiciona e expressa preferências políticas específicas, resultantes de processos históricos, relações de poder, estruturas econômicas e identidades coletivas que se sedimentam ao longo do tempo.

A centralidade do território no processo eleitoral permite ir além das análises estritamente quantitativas, que muitas vezes capturam tendências gerais, mas negligenciam as singularidades locais que dão forma às decisões políticas. Ao integrar elementos como

identidade regional, religião, redes de sociabilidade, estrutura produtiva, dinâmicas culturais e vínculos sociais que conectam indivíduos em seus cotidianos, tais como relações familiares, de vizinhança, de trabalho e formas de participação comunitária, a Geografia Eleitoral amplia a compreensão do ato de votar como uma prática complexa, situada e relacional. Assim, o voto deixa de ser interpretado como escolha individual isolada e passa a ser analisado como produto de contextos territoriais historicamente construídos, onde se entrelaçam experiências sociais, percepções de pertencimento, circulações de informação e disputas simbólicas.

Metodologicamente, a pesquisa adota uma abordagem qualitativa orientada pela interpretação crítica do espaço, articulando-a com o uso de dados quantitativos provenientes de bases oficiais, mapas temáticos e análises de fontes secundárias, tais como relatórios institucionais, literatura especializada e estudos regionais. A opção por integrar estratégias qualitativas e quantitativas visa não apenas conferir maior consistência interpretativa ao estudo, mas também permitir a identificação de regularidades, contrastes e singularidades no comportamento eleitoral paranaense. A investigação privilegia a escala estadual do Paraná como estudo de caso, entendendo-a como uma unidade territorial capaz de revelar padrões espaciais recorrentes e, simultaneamente, expressar processos sociopolíticos mais amplos em curso no país. Assim, busca-se evidenciar como elementos estruturantes, econômicos, culturais, territoriais e institucionais, interagem para moldar preferências políticas distribuídas de forma desigual no espaço.

Dessa forma, o objetivo central do presente artigo consiste em analisar de que maneira fatores geográficos, dinâmicas socioterritoriais e condições sociopolíticas influenciaram o comportamento eleitoral no Paraná nas três últimas eleições presidenciais. Tal análise permite compreender o território não como mero cenário das práticas políticas, mas como agente ativo na produção, circulação e disputa de projetos políticos, reforçando a perspectiva de que o voto é uma prática profundamente enraizada em contextos espaciais específicos.

A análise proposta contribui para o aprofundamento dos estudos de Geografia Eleitoral no Brasil ao evidenciar a importância de incorporar, de forma sistemática, as dimensões territoriais às interpretações sobre o comportamento político-eleitoral. Ao demonstrar que as dinâmicas de poder são espacialmente construídas, reproduzidas e disputadas, o estudo reforça que o território não é um pano de fundo neutro, mas parte constitutiva das práticas políticas e das estruturas de representação. Compreender como relações econômicas, identidades culturais, redes sociais, desigualdades regionais e lógicas de

organização do espaço influenciam a tomada de decisão dos eleitores permite avançar para análises mais complexas e aderentes à realidade brasileira.

Ao final, espera-se que esta reflexão ofereça subsídios para ampliar o debate sobre os caminhos da democracia no país, sobretudo no que se refere às desigualdades territoriais de participação, acesso e representação política. Tais desigualdades, quando não reconhecidas, tendem a perpetuar assimetrias históricas e a limitar a eficácia das instituições democráticas. Além disso, o estudo busca estimular investigações futuras que articulem, de maneira integrada, política, espaço e poder, dimensões fundamentais para a leitura crítica da realidade nacional contemporânea e essenciais para compreender como a democracia se territorializa, se tensiona e se reinventa no Brasil.

Território, voto e disputas de poder: referencial teórico de base

A Geografia Eleitoral, enquanto subcampo da Geografia Política, tem como objeto de estudo a relação entre o espaço geográfico e o comportamento eleitoral, considerando o território como elemento estruturante dos fenômenos políticos. Mais do que apenas localizar o voto, esse campo busca compreender os fatores socioespaciais e geográficos que influenciam as escolhas políticas dos eleitores, revelando como estruturas sociais, econômicas e culturais se articulam e se expressam territorialmente nas eleições.

Segundo Samagaio (2014), a Geografia Eleitoral pode ser entendida como a análise da interação entre o espaço, o lugar e os processos eleitorais, sendo dividida em três ramos principais: os padrões de voto, as influências geográficas nas eleições e a geografia da representação. Essa definição indica que o território não é apenas o palco onde ocorrem os eventos eleitorais, mas um agente ativo na formação das preferências políticas. Samagaio indica que, “[...] a Geografia Eleitoral pode ser definida como sendo a análise da interação entre o espaço, o lugar e os processos eleitorais. Assim, a Geografia Eleitoral pode ser dividida em três ramos: padrões de voto, influências geográficas nas eleições e a geografia da representação. (Samagaio, 2014, p. 24).

A origem da Geografia Eleitoral remonta às primeiras décadas do século XX, especialmente com a obra de André Siegfried (1913), que investigou os padrões de voto na França a partir da associação entre as características físicas do território e as escolhas políticas. Sua célebre frase, “o granito vota à direita e o calcário à esquerda”, embora muitas

vezes interpretada como determinista, apontava para uma tentativa de correlacionar estrutura fundiária, ocupação do solo e comportamento político. Posteriormente, Carl Sauer (1918) complementaria esse debate ao problematizar a organização dos distritos eleitorais nos Estados Unidos, destacando a importância da delimitação espacial na representação política (Samagaio, 2014; Azevedo, 2023).

No Brasil, os estudos em Geografia Eleitoral ainda são relativamente recentes, mas vêm ganhando corpo a partir dos anos 2000, com contribuições significativas de autores como Costa (2002; 2020), Castro (2005), Cunha e Martins (2017) e Azevedo e Nogueira (2023). Esses pesquisadores apontam que a análise do voto requer a consideração de múltiplas variáveis, como pertencimento religioso, tradição política, inserção econômica e atuação de movimentos sociais, todos articulados a uma lógica territorial.

A Geografia Eleitoral também permite interpretar as eleições como arenas de disputa simbólica, em que diferentes grupos sociais projetam suas visões de mundo e interesses sobre o espaço. Nesse sentido, o voto pode ser entendido como expressão de pertencimento, resistência ou alinhamento ideológico, e não apenas como resposta a campanhas ou promessas de governo. Castro (2005) ressalta que o espaço geográfico é, por natureza, político, pois concentra tensões e interesses divergentes, sendo, portanto, essencial para compreender a formação do voto. Castro argumenta ainda que:

A contribuição da geografia para esta questão é evidente, cabendo-lhe a tarefa de demonstrar que os interesses e as normas e leis deles derivados resultam das condições espaciais nas quais foram produzidos. Em outras palavras, trata-se de incorporar o espaço como variável explicativa necessária à compreensão das escolhas dos sistemas eleitorais e dos seus resultados: opções dos eleitores e composição de representação (Castro, 2005, p.143-144).

Nas eleições mais recentes no Brasil, observa-se uma intensificação das disputas ideológicas, acompanhada pelo fortalecimento de discursos de cunho moral, frequentemente sustentados pela instrumentalização da religião. Esse cenário tem contribuído para o acirramento das divisões políticas entre diferentes regiões e grupos sociais. O fenômeno observado no Paraná segue essa lógica, revelando padrões territoriais recorrentes, especialmente em regiões ligadas ao agronegócio, marcadas por valores conservadores e por forte presença de igrejas evangélicas, em contraponto a territórios organizados em torno de movimentos sociais, identidades étnicas e pautas progressistas.

Além disso, as redes sociais digitais têm reconfigurado os modos de circulação das narrativas políticas, impactando a percepção do eleitor sobre o espaço e os candidatos. No

entanto, mesmo com o advento da virtualização do discurso político, a territorialidade segue exercendo papel central na formação das escolhas, pois o cotidiano dos eleitores continua enraizado em contextos locais específicos.

Assim, ao articular as contribuições teóricas da Geografia Eleitoral com a análise empírica das eleições no Paraná, este artigo busca compreender como o voto se territorializa, isto é, como as disputas de poder se ancoram, se reproduzem e se ressignificam em espaços vividos e socialmente produzidos. Nesse sentido, compreender o comportamento eleitoral exige reconhecer que práticas políticas não se descolam das geografias que lhes dão suporte. Como argumenta Azevedo (2023), os sistemas eleitorais, os discursos políticos e as representações sociais estão profundamente imbricados com as geografias da desigualdade, da identidade e da mobilização coletiva, de modo que o espaço não atua apenas como cenário, mas como elemento constitutivo das escolhas e percepções políticas. A análise proposta contribui, portanto, para o aprofundamento dos estudos de Geografia Eleitoral no Brasil, ao reforçar a necessidade de integrar política, espaço e poder como dimensões indissociáveis no debate sobre a consolidação democrática e sobre os mecanismos que estruturam a participação política no país.

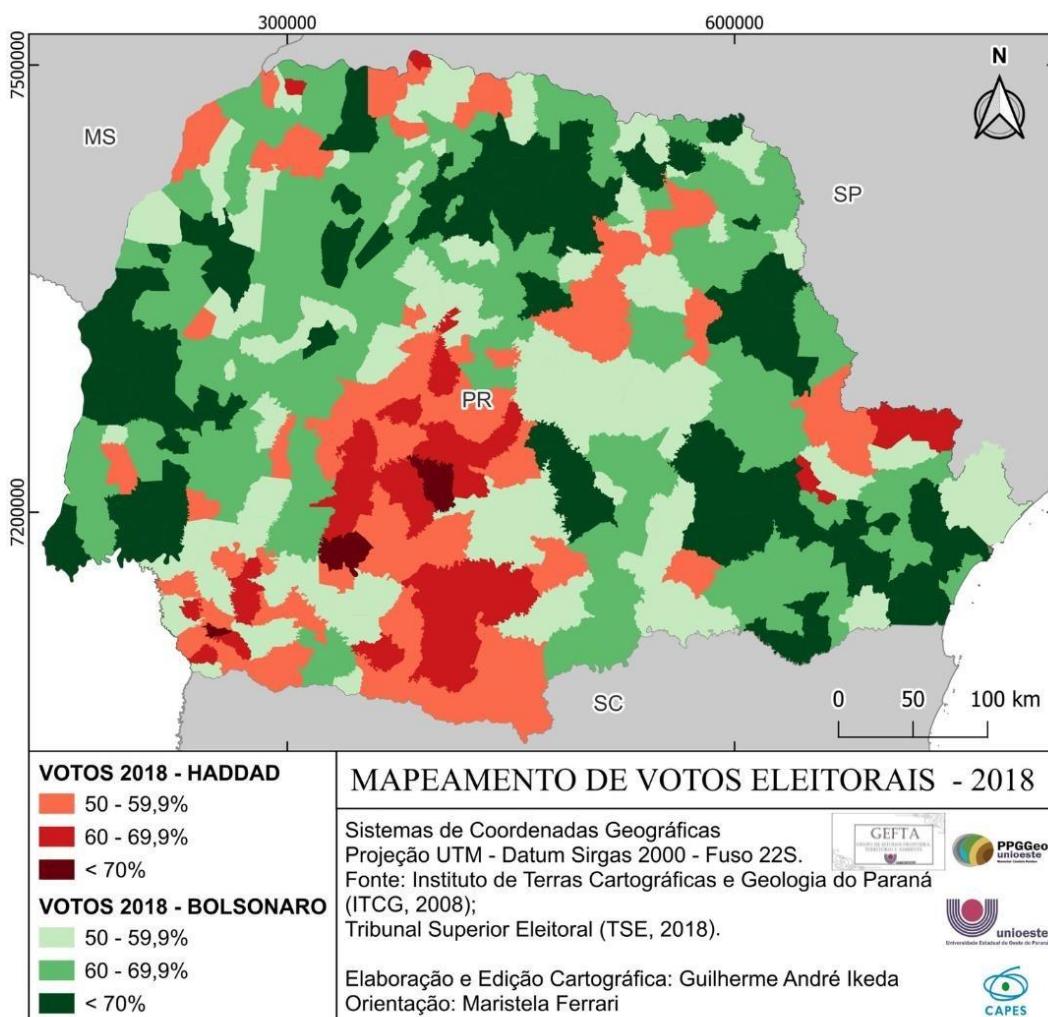
A investigação dos resultados eleitorais no estado do Paraná entre 2014 e 2022 revelou padrões territoriais marcantes, expressivos da interação complexa entre variáveis socioeconômicas, culturais, religiosas e históricas. Observou-se uma heterogeneidade significativa no comportamento do eleitorado, com contrastes nítidos entre regiões urbanas e rurais, entre áreas profundamente influenciadas pelo agronegócio e territórios mobilizados por movimentos sociais, bem como entre espaços marcados pela forte presença de instituições religiosas e aqueles caracterizados por maior diversidade política e cultural. Esses contrastes evidenciam que a distribuição espacial do voto no estado não é aleatória, mas responde a lógicas territoriais sedimentadas ao longo do tempo, nas quais práticas produtivas, redes de sociabilidade, identidades comunitárias e discursos de poder se entrecruzam e produzem padrões eleitorais relativamente estáveis, ainda que permeados por focos de resistência e reconfiguração socioterritorial.

Padrões espaciais de voto no Paraná (2014, 2018 e 2022)

A análise da distribuição espacial do voto no Paraná ao longo das eleições presidenciais de 2014, 2018 e 2022 evidencia dinâmicas político-territoriais que refletem tanto características estruturais do estado quanto mudanças conjunturais no cenário nacional. Trata-se de um processo no qual fatores socioeconômicos, redes de influência regional, dinâmicas rurais e urbanas e marcos ideológicos se articulam, resultando em padrões eleitorais relativamente coesos em algumas áreas e heterogêneos em outras.

No pleito de 2014, observou-se que o Paraná apresentou, no segundo turno, uma expressiva preferência por Aécio Neves (PSDB), sinalizando uma tendência consolidada em direção à centro-direita. Tal comportamento foi mais evidente no interior do estado, sobretudo em municípios com forte presença do setor agroindustrial, tradicionalmente associados a posturas políticas mais conservadoras. Entretanto, persistia uma heterogeneidade significativa na Região Metropolitana de Curitiba (RMC) e em determinados centros urbanos regionais, nos quais Dilma Rousseff (PT) obteve votações mais equilibradas. Essa variação espacial pode ser atribuída à maior diversidade socioeconômica dessas áreas, marcada por um mercado de trabalho mais complexo, maior presença de setores de serviços e indústrias, além de fluxos migratórios internos que contribuem para uma composição social menos homogênea.

O cenário de 2018 representa uma inflexão mais acentuada no comportamento eleitoral do estado. A ascensão de Jair Bolsonaro (PSL), impulsionada por discursos anticorrupção, retórica moralizante e forte apelo à defesa da chamada “família tradicional”, redesenhou o mapa eleitoral paranaense. Observou-se uma ampliação substancial da predominância do voto conservador, que se consolidou especialmente nas regiões Noroeste, Oeste e Centro-Sul. Nessas áreas, a atuação de cadeias produtivas ligadas ao agronegócio, a presença de redes evangélicas com alto grau de capilaridade territorial e a forte influência de lideranças locais contribuíram para reforçar a adesão ao projeto político representado por Bolsonaro. A convergência entre interesses econômicos do campo, discursos religiosos e narrativas nacionais de combate à corrupção conformou um ambiente eleitoral particularmente favorável ao candidato (**Figura 1**).

Figura 1 – Distribuição dos Votos no 2º Turno das Eleições Presidenciais de 2018 no Paraná.

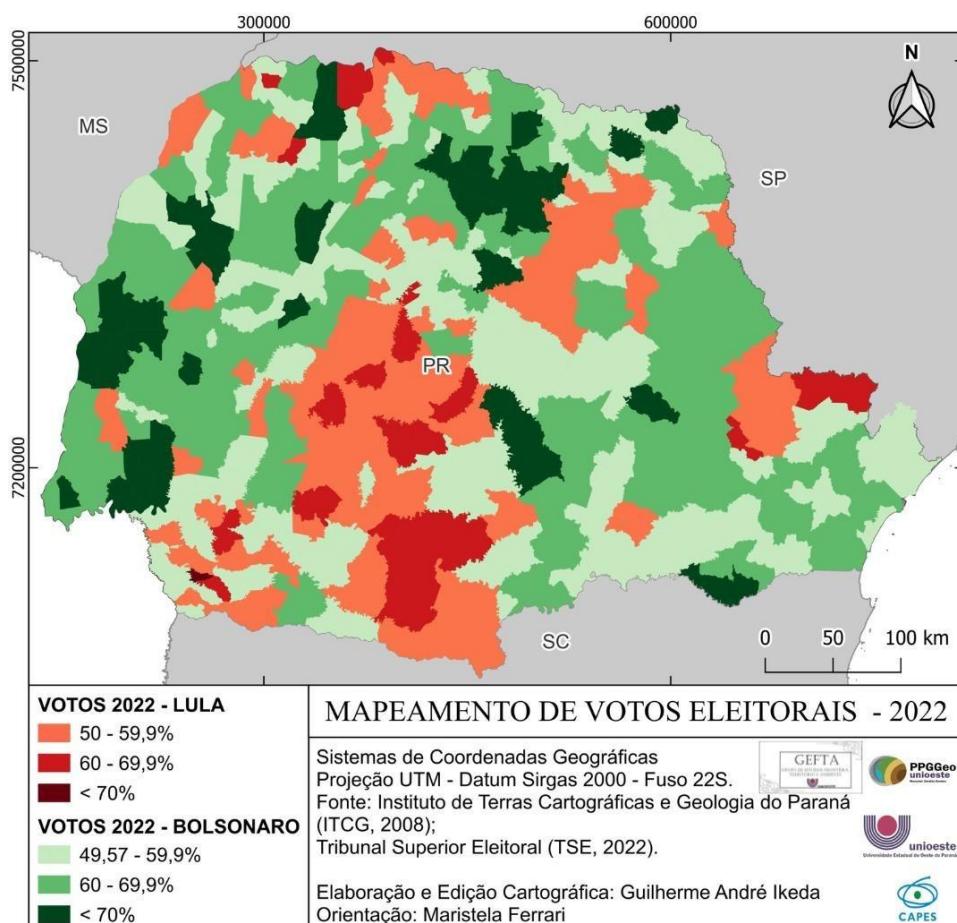
Fonte: Elaboração do autor com base em dados do Tribunal Superior Eleitoral (TSE, 2018).

A **Figura 1** mostra que Jair Bolsonaro obteve ampla predominância de votos na maioria das regiões do Paraná, sobretudo no Oeste, Norte e Sudoeste. Esses espaços, marcados por economias agroexportadoras, presença de agricultores familiares e médios produtores, além de forte influência de redes religiosas neopentecostais, favorecem a consolidação do voto conservador. As principais exceções concentram-se em centros urbanos maiores e em territórios com comunidades tradicionais e movimentos sociais, onde há maior diversidade política e circulação de discursos alternativos ao conservadorismo.

No pleito presidencial de 2022, apesar da vitória nacional de Luiz Inácio Lula da Silva (PT), o Paraná manteve clara predominância de votos para Jair Bolsonaro (PL). O arranjo territorial reproduziu, em grande medida, o padrão de 2018: forte apoio ao conservadorismo nas regiões do interior vinculadas ao agronegócio e maior votação em Lula em áreas urbanas

e em territórios marcados por movimentos sociais, populações tradicionais e maior diversidade cultural (**Figura 2**).

Figura 2 – Distribuição dos Votos no 2º Turno das Eleições Presidenciais de 2022 no Paraná.



Fonte: Elaboração do autor com base em dados do Tribunal Superior Eleitoral (TSE, 2022).

A manutenção da hegemonia do voto conservador no estado reflete, portanto, a estabilidade de padrões espaciais já identificados desde as eleições de 2018. Contudo, é relevante destacar a existência de exceções localizadas que destoam desse quadro uniforme. Municípios como Laranjeiras do Sul, Nova Laranjeiras e determinadas áreas da Região Metropolitana de Curitiba despontam como polos de crescimento expressivo da votação em Lula, configurando-se como áreas de resistência socioterritorial aos discursos de cunho extremista e ao alinhamento conservador predominante.

Tais áreas de exceção correspondem, em grande medida, a territórios com presença significativa de populações indígenas, comunidades quilombolas, assentamentos rurais e movimentos socioterritoriais vinculados à luta por direitos, terra e políticas públicas redistributivas. Ademais, municípios como Adrianópolis, caracterizados por maior inserção

de suas famílias em programas de transferência de renda, em especial o Bolsa Família, apresentam perfis eleitorais mais suscetíveis a pautas sociais, valorização de políticas de inclusão e reconhecimento de desigualdades estruturais. Esses fatores contribuem para a formação de um eleitorado que se distancia das narrativas conservadoras hegemônicas e se alinha a projetos políticos orientados pela promoção de direitos sociais e pela ampliação do papel do Estado em contextos de vulnerabilidade.

Fatores estruturantes do voto no estado do Paraná

A compreensão da dinâmica eleitoral no Paraná entre 2014 e 2022 exige considerar variáveis estruturantes que, ao se articularem, moldaram comportamentos políticos regionais e produziram padrões territoriais heterogêneos. Dentre essas variáveis, destacam-se a economia, a mobilização social, a religião e a circulação de informações nas redes digitais. Cada uma delas, em interação com o território, contribuiu para a conformação de geografias eleitorais distintas, revelando tanto hegemonias conservadoras quanto resistências progressistas.

Do ponto de vista econômico, as regiões norte e oeste do estado, fortemente vinculadas ao agronegócio e caracterizadas por estruturas fundiárias concentradas, mostraram grande aderência a candidaturas alinhadas ao espectro conservador e liberal. Nesses territórios, a defesa da propriedade privada, o estímulo à produção agropecuária e a retórica de flexibilização das normas ambientais encontraram forte ressonância. A presença de sindicatos patronais, cooperativas agrícolas e associações empresariais reforçou a mediação entre os interesses do setor produtivo e a orientação política do eleitorado, conformando uma base de apoio estável para projetos de direita.

Em contraste, emergiram bolsões de votos progressistas em áreas marcadas pela mobilização comunitária e pela atuação de movimentos sociais. Municípios com significativa presença de povos indígenas, comunidades quilombolas e assentamentos rurais vinculados ao Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), como Nova Laranjeiras, Adrianópolis, Cerro Azul e Laranjeiras do Sul, expressaram apoio mais consistente a candidaturas da esquerda, sobretudo em 2022. Nesses espaços, as pautas de justiça social, reforma agrária, inclusão identitária e proteção ambiental orientaram a decisão eleitoral, revelando uma territorialidade de resistência às forças conservadoras predominantes no estado. Esse padrão reforça a ideia de que a mobilização social pode contrabalançar a

hegemonia econômica e cultural de determinadas regiões, criando ilhas de oposição em meio a um cenário majoritariamente conservador.

A religião constituiu outro elemento decisivo. As igrejas evangélicas, em especial as neopentecostais, atuaram não apenas como espaços de culto, mas como arenas de formação política e moral. Em localidades com menor diversidade religiosa e baixo índice de escolaridade, o discurso político foi frequentemente incorporado ao discurso religioso, resultando em uma moralização do voto. Nesse processo, candidaturas保守adoras foram associadas à defesa da fé, da família e da pátria, fortalecendo narrativas que ultrapassaram o campo político-partidário e se tornaram parte de um projeto de vida comunitário. Esse fenômeno não se limitou ao Paraná, mas nele assumiu contornos específicos, uma vez que a penetração das igrejas evangélicas coincidiu com áreas de expansão agrícola e de forte presença do conservadorismo cultural.

Por fim, as redes sociais digitais desempenharam papel fundamental na intensificação das polarizações e na difusão de discursos de contestação. Apesar de sua aparente desterritorialização, a circulação de informações em plataformas como WhatsApp e Facebook se materializou em dinâmicas locais, traduzindo-se em manifestações e protestos concretos. Durante os pleitos de 2018 e 2022, municípios como Cascavel, Toledo, Marechal Cândido Rondon e Maringá tornaram-se palco de atos de bloqueio e contestação dos resultados eleitorais. Essa relação entre espaço digital e espaço físico demonstra que a territorialização do voto não se restringe à dimensão econômica ou cultural, mas também inclui novas arenas simbólicas, nas quais a circulação de desinformação e narrativas polarizadas reforça identidades políticas e legitima disputas territoriais.

Assim, a leitura conjunta desses fatores permite compreender que a geografia eleitoral do Paraná não pode ser reduzida a uma simples oposição entre rural e urbano, ou entre direita e esquerda. O que se observa é um mosaico de disputas em que economia, religião, movimentos sociais e redes digitais interagem e se sobrepõem, criando geografias políticas múltiplas e, por vezes, contraditórias. O território, nesse sentido, não é apenas o palco das escolhas eleitorais, mas também o agente que estrutura, condiciona e ressignifica os projetos políticos em disputa. Reconhecer essa complexidade é essencial para compreender as clivagens regionais e os desafios que se colocam para a democracia no Brasil contemporâneo.

Considerações Finais

Este artigo teve como objetivo analisar os padrões espaciais de votação nas eleições presidenciais de 2014, 2018 e 2022 no estado do Paraná, buscando compreender de que maneira fatores geográficos, sociais, econômicos, culturais e políticos se articularam para moldar o comportamento eleitoral regional. A partir do referencial da Geografia Eleitoral, demonstrou-se que o voto não deve ser entendido como um ato puramente individual ou baseado exclusivamente em cálculos racionais, mas como uma prática socialmente construída e profundamente enraizada em contextos territoriais específicos.

Esses contextos são atravessados por disputas simbólicas, materiais e ideológicas, que estruturam percepções, orientam preferências e condicionam escolhas políticas. Ao evidenciar a indissociabilidade entre política e território, o estudo reforça a importância de considerar as dinâmicas socioterritoriais na interpretação dos resultados eleitorais e na compreensão mais ampla do funcionamento da democracia brasileira.

Os resultados indicam que o Paraná possui múltiplas geografias eleitorais, com territórios que expressam diferentes projetos de sociedade e identidades políticas. De um lado, regiões amplamente influenciadas pelo agronegócio, com estruturas fundiárias concentradas e baixa diversidade sociocultural, revelaram forte aderência a projetos conservadores e neoliberais, especialmente nas candidaturas de Jair Bolsonaro em 2018 e 2022. De outro, territórios socialmente organizados, como comunidades indígenas, quilombolas e assentamentos rurais, apresentaram resistência a essas tendências, manifestando-se por meio do voto progressista, com apoio a candidaturas ligadas à esquerda e a pautas de inclusão, justiça social e direitos humanos.

Essas constatações reforçam a ideia defendida por Castro (2005) de que o espaço geográfico é, por natureza, político, constituindo-se como uma arena de conflitos, disputas e interesses divergentes. A Geografia Eleitoral, nesse sentido, emerge como um instrumento analítico potente para desvelar as múltiplas camadas que compõem o voto: não apenas a influência partidária, mas também os condicionamentos econômicos, os valores culturais e religiosos, e os contextos históricos de cada localidade.

A territorialização do voto no Paraná também revelou a importância da religião, sobretudo das igrejas evangélicas, como mediadora do comportamento político. Em muitos municípios, observou-se a fusão entre discurso religioso e discurso eleitoral, dando origem a uma “moralização do voto” que associava determinados candidatos à defesa de valores

considerados inegociáveis, como a família, a pátria e a fé. Esse fenômeno, que ganhou força nos últimos pleitos, revela a emergência de uma nova geopolítica da fé, cujos impactos sobre a democracia ainda carecem de estudos mais aprofundados.

Adicionalmente, a pesquisa mostrou que as redes sociais digitais se tornaram um novo território de disputa política, com profunda capilaridade nas regiões analisadas. O compartilhamento de conteúdo polarizadores, a disseminação de desinformação e a criação de bolhas ideológicas têm influenciado significativamente a formação das opiniões políticas, sobretudo em áreas com baixa diversidade informacional e escassa mediação crítica. Assim, é necessário reconhecer que, embora o território físico ainda exerça papel determinante, os espaços digitais também se tornam campos de expressão e manipulação do voto.

Do ponto de vista metodológico, a integração entre análise qualitativa e uso de dados quantitativos, especialmente através da cartografia temática, permitiu evidenciar a espacialização das tendências eleitorais e a complexidade dos fatores que incidem sobre o eleitorado. A análise espacial dos votos, aliada à contextualização socioterritorial, demonstrou que a leitura geográfica do voto vai além da simples distribuição estatística dos resultados: ela implica compreender as relações de poder que estruturam o território e as formas como essas relações são reproduzidas nas urnas.

Com base nos achados apresentados, reafirma-se a relevância da Geografia Eleitoral como campo científico em expansão no Brasil, com potencial para contribuir com diagnósticos críticos sobre o funcionamento da democracia representativa, o papel das instituições, a atuação dos grupos de interesse e os desafios da cidadania em contextos de desigualdade e fragmentação política. No caso do Paraná, a análise das disputas eleitorais permitiu identificar as clivagens que atravessam o estado, entre urbano e rural, entre capital e interior, entre setores produtivos e comunidades tradicionais, e como tais clivagens se manifestam em escolhas políticas opostas.

Em termos práticos, os resultados desta pesquisa indicam que o fortalecimento da democracia no Brasil exige a compreensão profunda das geografias do voto. É necessário desenvolver políticas públicas que considerem as especificidades regionais, ampliem o acesso à informação qualificada, garantam a pluralidade de vozes no debate público e reconheçam a diversidade política existente no território nacional. Do contrário, as eleições tenderão a reproduzir desigualdades, reforçar exclusões e dificultar a construção de consensos mínimos para a convivência democrática.

Por fim, o presente trabalho busca contribuir para o avanço das discussões no campo da Geografia Eleitoral no Brasil, reforçando a necessidade de que futuras investigações ampliem o escopo analítico para contemplar recortes microrregionais e escalas intraurbanas e intra-rurais. Tal direcionamento permite captar nuances socioterritoriais que frequentemente permanecem invisibilizadas em estudos de abrangência estadual ou nacional. Assim, recomenda-se a realização de pesquisas que privilegiam a observação de comunidades específicas, como periferias urbanas marcadas por desigualdades estruturais, áreas de fronteira sujeitas a fluxos transnacionais e dinâmicas culturais particulares, territórios indígenas historicamente tensionados pela disputa por terras, zonas de expansão agrícola impactadas pela modernização produtiva e regiões metropolitanas caracterizadas por forte heterogeneidade social e intensa articulação política.

O aprofundamento desses estudos é essencial para avançarmos na compreensão não apenas de quem recebe os votos, mas por que, como e a partir de quais contextos socioterritoriais esses votos são produzidos. Tal perspectiva possibilita interpretar o voto como prática espacialmente situada, influenciada por estruturas econômicas, redes sociais, identidades culturais, experiências de pertença territorial e desigualdades historicamente construídas. Compreender essas dinâmicas é decisivo para interpretar os rumos da política brasileira e para fortalecer a efetividade da representação popular, permitindo que instituições, partidos e políticas públicas dialoguem de forma mais precisa com a diversidade de realidades existentes no território nacional.

Referências

- AZEVEDO, A.; NOGUEIRA, L. **Geografia Política Contemporânea**. São Paulo: Ed. Contexto, 2023.
- CASTRO, I. E. de. **Geografia Política e Geopolítica**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2005.
- COSTA, W. M. da. **Geografia Política**: território, escalas de ação e instituições. São Paulo: Contexto, 2020.
- CUNHA, A. R. da; MARTINS, A. C. S. **Geografia Eleitoral e representação política**. In: Anais do Encontro Nacional de Geografia. Salvador: UFBA, 2017.
- MARAFON, Glauco José *et al.* (Org.). **Pesquisa qualitativa em geografia**: reflexões teóricoconceituais e aplicadas. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2013.

PREFEITURA MUNICIPAL DE PINHAL DE SÃO BENTO. **História do município.** Disponível em:
<https://www.pinhaldeabento.pr.gov.br/portal/servicos/1008/historiado-municipio/>. Acesso em: 03 de set. de 2025.

SAMAGAIO, A. **Geografia Eleitoral:** o espaço e o voto. Lisboa: Edições Colibri, 2014.

SIEGFRIED, André. *Tableau des réalités politiques de l'Europe*. Paris: Librairie Félix Alcan, 1913.